

A Sociedade Perfeita

Nelson Levy

A SOCIEDADE PERFEITA
Um projeto de morte

Garamond

Copyright © Nelson Levy

Direitos reservados para esta edição

Editora Garamond Ltda

Rua Cândido de Oliveira, 43/101 – Rio Comprido

20261-115 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tel/fax: (21) 2504-9211

www.garamond.com.br

editora@garamond.com.br

Revisão Alberto Almeida

Editoração Estúdio Garamond

Capa Estúdio Garamond

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Todos os direitos reservados. A reprodução
não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

PROPÓSITO	9
PARTE I. O DOMÍNIO DA ORDEM ETERNA	
Fundamentos universais da ética e da cultura tradicionais	21
Da tradição grega ao corte filosófico	28
PARTE II. LUZES DIVINAS DA PERFEIÇÃO	
Traços Fundamentais da Ética e do projeto socrático-platônico de “sociedade perfeita”	55
PARTE III. LUZES PROGRESSISTAS DA PERFEIÇÃO	
A modernidade de Karl Marx e o projeto de “sociedade perfeita”	115
POR FIM	
A crítica liberal e a crítica humanista ao pensamento totalitário	177
ESTUDO BIBLIOGRÁFICO	9

Para os meus netinhos Vicente e Nino

PROPÓSITO

Fé ou ilusão? Alguns pensadores contemporâneos caracterizam o movimento comunista moderno como uma “fé religiosa, ainda que o seu objeto fosse histórico”.¹ Nesse caso, tudo o que ocorreu com a referida experiência deveria ser atribuído a uma religiosidade recôndita. Redução que, convenhamos, coloca em segundo plano questões fundamentais como avaliar se, de fato, a cultura comunista enquanto tal é adequada à realização da ética que tem prevalecido nos tempos modernos, cujo fim supremo resume-se à conquista de um reino terreno da abundância material e nasce visceralmente comprometida com uma concepção individualista de sociedade.² Não terá sido, então, uma tremenda ilusão, essa de tentar combinar uma cultura comunista – de fortes implicações ascéticas e coletivistas – com a afirmação materialista-individualista do ser? Até concordo que o veio religioso desse movimento – por vezes beirando o fanatismo – deva ser esclarecido minuciosamente, tanto que estarei sempre, neste trabalho, sinalizando para os recursos míticos e místicos das narrativas de justificação dos projetos de “sociedade perfeita” em geral. No entanto, este acordo vem apenas reforçar a tese de que um projeto deste tipo, que remete de imediato à velha concepção religiosa do Paraíso – indissociável do culto da Ordem Eterna – contrasta grosseiramente com o conteúdo

1 FURET, F. – *Le passe d'une illusion (essai sur l'idée communiste au XXe siècle)* – Editions Robert, Lafon, Paris, 1995, pp.13/14.

2 Vale esclarecer que utilizarei sempre o termo ética na sua memória etimológica: do grego *ethos*; modo de ser, modo de existir, caráter, costume. Quanto à moral propriamente dita, baseio-me na acepção do vocábulo *morale*, do francês: conjunto de regras da boa conduta. No seu *Ética e política na sociedade humana*, Bertrand Russell propõe a regra da diferenciação e, ao mesmo tempo, da complementaridade dos termos em questão: “O homem é um animal semigregário e sem finalidades intrínsecas, daí a necessidade da ética para sugerir fins (valores) e de códigos morais para inculcar normas de ação”.

laico e a consciência histórica da ética moderna. Mas isso só faz ampliar a dúvida. Afinal, diante de tão gritante ambiguidade, como foi possível continuar falando de liberdade e de igualdade – quer dizer, sob a chancela do espírito moderno – em meio à construção de uma sociedade totalmente dirigida por um Estado déspota e a uma planificação prévia e minuciosa da existência humana? Como explicar o sucesso, no século passado, desse programa junto a uma parcela significativa dos estratos populares e a adesão cega e entusiástica de boa parte da intelectualidade crítica a uma alternativa que, embora respaldada na negação radical do capitalismo, pavimentava escancaradamente o terreno de uma nova e cruel dominação?

Para além do julgamento das intenções, constato apenas que as consciências que aderiram ao comunismo, mesmo no tardio século XX, certamente estavam ainda inscritas na longa trajetória de uma tendência histórica muito mais ampla, pela qual durante séculos comprometeu-se o laicismo moderno com um espírito religioso do Progresso. Culto que, sem dúvida, imprimiu uma marca indelével na construção não só do imaginário comunista, mas também na origem do imaginário capitalista. Basta lembrar a advertência de Max Weber sobre a promiscuidade primordial entre a “ética protestante e o espírito do capitalismo”, os quais, aliás, permanecerão intimamente associados pelo menos até o fim da Revolução Industrial e o alvorecer do cientificismo nos séculos XIX/XX. Isto, então, não nos permite postular também que, durante a maior parte do curso histórico do capitalismo, entregou-se sua concepção de mundo a uma narrativa religiosa que conseguiu impregnar fortemente a consciência coletiva e o próprio estilo de vida dominante? Incoerência suprema, admitamos. Sobretudo quando se sabe que o núcleo central da cultura laica encontra-se na esfera do socioeconômico – e é justamente aí que desperta, pela primeira vez na modernidade, a consciência da autonomia humana diante dos planos divinos. De tal modo que essa contaminação da vida produtiva pelo espírito religioso vai funcionar como um freio ao pleno desabrochar

do ser e do existir autenticamente modernos. A rigor, tudo o que se construir sobre esse pântano terá a marca da ambiguidade.

Serão, assim, séculos de gravíssima dissonância axiológica – e de significativas dubiedades caracterológicas do tipo moderno – em que o propalado ateísmo comunista e o autonomismo capitalista se manterão como referência longínqua do discurso, em meio a uma prática informada por uma cultura da servidão humana a um novo Deus: o do Progresso. E acredito que isto se tornou possível pela guinada ocorrida na ordem dos valores modernos – pluralista em grande parte da Renascença, valorizando sempre a multiplicidade de dimensões e sentidos existenciais – que vai ser, de repente, apoderada e descaracterizada por uma nova mentalidade absolutista, prioritariamente determinada pelo desejo ilimitado de enriquecimento e progresso materiais. Reviravolta fatal, essa, que instala a modernidade na ordem dos valores absolutos e eternos – aqueles que supostamente se impõem a nós por forças superiores. Foi assim, através desse novo culto absolutista e monista, que se abriu um flanco indefensável para o reencontro com o espírito religioso. O Progresso, elevado ao topo da hierarquia axiológica e convertido à condição de valor supremo, perdeu-se da consciência de si como produto imaginário – como projeto – e, dada a sua presença automática no cotidiano, retornou ao mundo subjetivo – tal qual um fetiche – como destino do Homem; como Lei universal do ser e do existir humanos. Inevitável, sem dúvida, essa inflexão, pois sempre que renunciamos às escolhas múltiplas e elegemos um único valor como guia da nossa existência passamos a manter com ele uma relação de implicações religiosas, quer dizer, de subserviência incondicional. E nenhum discurso ateu consegue corrigir isso, pois a repetição mecânica do monismo do Progresso na sucessão das gerações cria mesmo a ilusão de que o que outrora pareceu ser um valor eleito pertence, no fundo, à ordem das determinações naturais/divinas. Simplesmente, o hábito adquire o porte da necessidade e, ato contínuo, eclipsa a consciência do poder humano de criação e de decisão sobre os valores. E fez-se

tão forte essa sensação nos tempos modernos que, até hoje, mesmo no recôndito das mentes críticas jaz ainda um resquício do velho fatalismo do progresso. Registre-se ainda que são ilusões como essa que injetam ares de credibilidade aos grandes simulacros – às “religiões seculares modernas”. São elas que sustentam os ideólogos do capital, quando alegam que os desejos de lucro e de enriquecimento expressam o que há de mais inevitável e invariável na natureza humana, quando não os apresentam como mandamentos divinos (protestantismo). E são ainda tais ilusões que tornam aceitável a tese marxista de que a história humana caminha programada no sentido da apoteose comunista – a “sociedade perfeita” para o Progresso.

Em outros trabalhos, examinei mais detalhadamente o fenômeno acima descrito, que se inscreve na trajetória dos tempos modernos.³ Contudo, o que se pretende aqui é captar algo da história específica desse projeto cuja atemporalidade intrínseca vem lhe permitindo atravessar as épocas, sempre alimentando o sonho ancestral da “sociedade perfeita”. Um modelo social que, como se disse, vem justapor-se à velha figura religiosa do Paraíso, baseada nas imagens de um mundo de necessidades satisfeitas e de plena harmonia inter-humana. Isso, desde que, a partir da emergência da Filosofia – no VI a.C. em Mileto (Grécia) – em franca oposição aos fundamentos da cultura tradicional – aflorou com ela (a filosofia), e de certo modo contra ela, uma corrente racionalista que, movida ainda pelo desejo de perfeição/eternidade, resgatou do Divino para a Razão Técnica positiva a tarefa de estabelecer, com base em parâmetros estritamente geométricos – algo equivalente a um corpo sem alma – o Plano de uma sociedade alheia a todas as formas anteriores e, em tese, imune a todos os fatores de dissolução, denominada, *grosso modo*, comunismo. Um projeto tão grandiloquente quanto capcioso, que promete saciar todas as carências, mas que exige em troca nada menos do que a humanidade do homem,

3 LEVY, N. – *Ética & história* – Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004 e *Crítica e utopia* – Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

ao implicar o fim da história (perfeição) – campo, por excelência, das manifestações de criatividade, de liberdade e de diversidade. A rigor, simplista também – ou reducionista, se preferirem –, pois, para realizar os seus intentos de total unificação humana, terá de limitar a ordem das finalidades existenciais – não só as da vida social, mas as da cultura em geral (vide o “realismo socialista”) – pelo imperativo biologista da “satisfação das necessidades”, supostamente o único capaz de aglutinar a todos, para sempre, sob a égide da cooperação universal, tal como os insetos sociais.

Mas não se pense que a promiscuidade entre o racionalismo filosófico emergente e a velha Tradição cessa na simples racionalização da ideia de Paraíso. A rigor, para muito além do sonho paradisíaco de abundância e igualdade – que, aliás, no formato tradicional quase sempre se considera inacessível aos simples mortais – ambos os imaginários se irmanam sobretudo no culto da Ordem Eterna, intrínseca à ideia de Perfeição e que, por isso, requer a consagração de formas de sociedade e de cultura rigidamente planejadas. Embora estranha à experiência grega – que após a fundação da *pólis* segue, com a exceção de Esparta, um modelo individualista, oscilando entre o regime tirânico e o democrático (Atenas) – a “sociedade do Plano” foi recorrente em toda a Antiguidade oriental e nos impérios ameríndios. Modernamente, passamos a denominá-la “despotismo oriental” – por referência a uma forma sociopolítica encarnada por um Estado totalitário/teocrático que domina todos os poderes de programação e de administração não só da vida social, como os da existência em geral.

Pois bem, não obstante envolta em um imaginário mítico-religioso, como costuma acontecer nas culturas tradicionais, e a léguas de qualquer racionalismo filosófico – navegando simplesmente no puro campo da mitologia – mesmo assim o “despotismo oriental”, enquanto projeto, requer a elaboração de um Plano de completa *racionalização* da existência coletiva até o ponto da sua redução a um mecanismo autorreprodutivo – vide a sociedade de castas. E o que importa para tal modelo, desde a

sua origem – como disse – não são as delícias do Paraíso ou os louros da Perfeição, mas os sinais de Ordem Eterna irradiados pelas imagens paradisíacas e que antecipam a concepção tardia da sociedade como um corpo único, tal qual um organismo em que cada segmento social deve assumir – por sua suposta vocação natural ou missão social – uma função específica e vitalícia no âmbito de uma grande divisão do trabalho, que garante o automatismo dessa ficção organicista. Ademais, como sob a ótica do tradicional toda cultura e, portanto, toda autoridade emana de Deus, é de se convir que, nesse caso, o segmento mais adequado ao exercício do poder de Estado e à elaboração do Plano é o dos sacerdotes, configurando-se, assim, uma forma de associação teocrática.

Por aí se vê não só o quanto a originalidade do modelo especificamente racionalista (comunista) é limitada, mas também como incorpora uma inequívoca intenção de dominação social. Eis porque todas as modificações demarcatórias que ele introduz vão se concentrar apenas na construção de um imaginário capaz de justificar o papel da Razão Técnica – que se supõe moralmente orientada – na conquista da perfeição social e na substituição da casta sacerdotal por uma nova facção dirigente, representada agora pela figura onisciente e onipotente do filósofo tecnocrata. Aceitas tais premissas, pode-se então deixar assentado que a “sociedade do Plano” (perfeita) é uma forma sociopolítica que atende aos anseios de dominação de um segmento social de ascendência burocrática – seja ela teocrática ou tecnocrática. No fundo, essas categorias representam duas faces de um corpo indistinto, mesmo no caso do comunismo dito ateu. A rigor, tanto o teocrata administra a sociedade tecnocraticamente – através da ritualística, como veremos – quanto o tecnocrata justifica a sua soberania pelo monopólio de um saber absoluto (divinal), que lhes permite hipoteticamente autoproclamar-se como “governante perfeito”.

Ao longo da história – é de se lembrar –, sempre que se tentou impor esse projeto ao mundo ocidental, ele se ofereceu como alternativa radicalmente oposta ao modelo greco-moderno da “sociedade

dos indivíduos livres e iguais”. O que, em última instância, significava uma abertura, nem sempre assumida, para a *orientalização* do Ocidente. Tanto no caso grego, com a apoteótica emergência do projeto socrático-platônico, quanto no caso moderno, com a disseminação do comunismo marxista. Não obstante, constate-se o diferencial do projeto racionalista em relação aos imaginários orientais. Estes marcados por culturas específicas (etnocêntricas), aqueles inspirados num Plano estritamente geométrico, que prefigura, como adiantei, um corpo sem alma, quer dizer, desligado de toda feição particular (étnica ou nacional) e presumidamente apto a se converter no molde de uma cultura única e universal da humanidade (comunista).

Com certeza, se Platão tivesse conseguido implantar a sua República, a cultura grega clássica teria sido literalmente aniquilada, levando-se de roldão todo sistema democrático ateniense. Prova disto encontra-se na própria realização recente do comunismo que, com as exceções modernistas do culto da Técnica e da bandeira da igualdade de gêneros, teve de construir um hibridismo cultural fortemente demarcado dos autênticos fundamentos modernos. O fato é que nem Platão falava mais em nome da cultura grega, nem Marx em nome de qualquer cultura específica. Ambos referiam-se a um ser genérico a-histórico (o Homem), à sua Razão Técnica e à única pátria que ela venera: o Estado. Ambos, na sequência, condenam o regime democrático e decretam o fim de todo pluralismo ético-cultural. Platão, sem qualquer cerimônia, concentra nas mãos de uma aristocracia do saber – o rei-filósofo e a “raça” burocrática dos guardiões – um poder de proporções despóticas. Por outro lado, desde a utopia de Thomas More e nas mais de trezentas que compõem o acervo moderno do culto comunista, as imagens do futuro radioso mostram-nos, invariavelmente, uma sociedade civil sob total controle do Estado; o poder político e espiritual monopolizados por conselhos de sábios (tecnocratas) – como nos conselhos sacerdotais das teocracias. Só Marx tornou, de fato, o comunismo palatável para os modernos ao associá-lo à liberdade e à

igualdade e, em última instância, à extinção do Estado. Daí talvez o seu sucesso, mas daí também os gritantes paradoxos da sua doutrina, que vão obrigá-la a uma gigantesca operação de inversão semântica, pela qual a “ditadura do proletariado” passa a simbolizar o regime democrático; o partido aparece como universal absoluto; a tecnocracia faz-se representante da classe operária; esta é pensada como uma classe antitética; o evolucionismo, por sua vez, dissimula um misticismo do Progresso, e assim por diante. Mas muito cedo – quando Stalin impôs o comunismo ao povo e entregou o fausto (a modernidade) à *nomenklatura*, o deus dessa religião materialista mostrar-se-á, finalmente, pela imagem de um tenebroso déspota. Assim como Lênin já antecipara sem rodeios: “agora, o Estado dos proletários e camponeses é o *patrão* (grifo meu): deve organizar, em larga escala, metódica e publicamente, a seleção das melhores forças, visando à construção da economia”.⁴

Enfim, parece termos evidências suficientes para admitir que toda abordagem genealógica das utopias da “sociedade perfeita” deve abrir espaço para uma interface relacionada à Tradição não só enquanto modelo ético-cultural em geral, mas também para a versão específica da tradição grega clássica. Há de se convir que as imbricações, nesse caso, são múltiplas e algumas estruturais. Sobre este tema, destaca-se, antes de tudo, a existência de um *continuum* pelo qual a narrativa tradicional na Grécia, sob o impacto do progressivo reconhecimento cultural do indivíduo como fonte necessária de legitimação das decisões e do discurso verdadeiro, prepara irresistivelmente o terreno da sua própria negação até a emergência do pensamento filosófico. O fato é que o indivíduo nascente, ao tomar consciência de si mesmo enquanto sujeito, vai se indignar com a exigência de aceitação cega das verdades ficcionais e inquestionáveis (*Mythos*) e passar a exigir, cartesianamente, uma prova lógica para a consagração da verdade, que só o discurso argumentativo (*Logos*) pode tentar fornecer. Como exemplo, cito, por ora, o texto homérico que introduziu no imaginário

4 LÊNIN, V. – *Oeuvres sociales* – Paris, t.32, p.425.

grego, para além de crenças mais realistas, o costume (lógico-racional) de explicação de certos mitos fundamentais. E, sem dúvida, a assimilação dessa exigência explicativa, numa obra de presença obrigatória na educação do grego tradicional, deve ter influído na abertura dos horizontes mentais à gradual gestação de uma doutrina de extração científica em meio à intelectualidade aristocrática. Hesíodo, por sua vez, oferece outra ponte notável com o pensamento pós-tradicional. É com ele que vislumbramos as manifestações pioneiras do lirismo ocidental; do espírito crítico; do ideal social de justiça e dos projetos de Vida Boa que evocam o alvorecer da livre individualidade na Grécia e que demarcam, profeticamente, o campo de ocupação da futura filosofia política.

Mas enquanto a trajetória do classicismo grego parece percorrer um *continuum* de superações mentais em direção a uma nova síntese, o seu viés racionalista, com a sua “sociedade do Plano”, debruçam-se, de repente, numa curvatura que vai colocar novamente o desejo e o pensamento de frente para as imagens da velha concepção tradicionalista de mundo. Com certeza, esta se constituiu na mais grave e estrutural das referidas imbricações, pois rompeu com o radicalismo do corte filosófico original para expressar, *ad aeternum*, uma conciliação fechada entre a Tradição e a Razão, consagrando, assim, uma versão conservadora do pensamento racional. Nasce, desse modo, uma bifurcação do culto da Ordem Eterna (“sociedade perfeita”) que terá, por essa sua intenção maior – a da perpetuação de determinado mundo humano –, que adotar paradigmas arquitetônicos congêneres aos da velha Tradição. A começar pela constituição de uma sociedade totalitária fundada numa cultura absoluta, única e oficial, instrumento incontornável dos imaginários que se motivam pelo congelamento do mundo humano num padrão definitivo de existência: seja aquele do mitógrafo que criou o modelo de velha sociedade de castas, ou o filósofo que produziu o modelo comunista. E, convenhamos, por mais distintas que se apresentem as suas narrativas, ambas possuem

os mesmos propósitos: o endeusamento da Ordem; o domínio tecnocrático/teocrático) da sociedade; a perpetuação da cultura e a padronização integral do modo humano de vida. E, hoje, sabemos qual o preço a pagar por isso.

Assim, diante de tamanha riqueza de conexões históricas, decidi construir a minha abordagem num universo composto por três planos. Primeiro destaco os fundamentos universais e as principais formas de expressão da ética tradicional: teremos, assim, um material indispensável para uma analogia com o espírito que move os projetos de “sociedade perfeita”. Em seguida, traslado esse referencial para o seu exame na dinâmica do classicismo grego, que permite entrever a gênese do pensamento filosófico e, no seu interior, a emergência da concepção racionalista da Perfeição. Cumprida essa etapa, examino então, criticamente, os projetos socrático-platônico e marxista, quintessências do ideal comunista nos seus respectivos tempos. É o que se verá em seguida.

Parte I

O DOMÍNIO DA ORDEM ETERNA